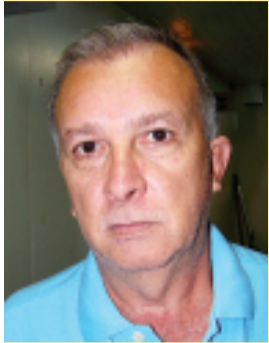


OPINIÃO

O que você acha da regulamentação do direito da greve?

Fotos: ADRIANA GARCIA



Candido Otto da Luz, 52, jornalista da Rádio Universidade

“Não concordo com a regulamentação. A greve parte de um pressuposto de uma categoria que está insatisfeita com questões salariais ou mesmo fora da questão financeira, como melhores condições de trabalho, entre várias outras reivindicações.

A greve é um direito de todo o trabalhador, na medida em que numa mesa de negociações não há sensibilidade por parte patronal em reconhecer os direitos e reivindicações, que sendo justas, os trabalhadores não estão recebendo adequadamente ou merecidamente. Acredito que a partir daí, esgotada esta questão, o direito de greve é a arma que o trabalhador tem para mostrar sua insatisfação e pressionar”.

Matheus Saldanha Filho, 56, professor do departamento de Esportes Coletivos.



“Eu concordo. Acredito que deve haver uma conscientização muito grande de todos os trabalhadores, professores e profissionais da área da educação para que possamos utilizar o direito de greve com muita propriedade, com muita fundamentação, com muita argumentação e de uma forma coesa e não através de um segmento corporativo. Acredito que na universidade esteja havendo um grau de consciência em relação a essas questões”.



Celso Franzen, 49, diretor da Rádio Universidade.

“Eu concordo. Na realidade, a maneira que se faz a greve é errada. O pessoal faz o movimento como forma de férias, de ficar em casa, de não vir no serviço trabalhar e principalmente de não participar das assembleias. O trabalhador tem

que estar presente no trabalho e nas assembleias. Se eu não for nas assembleias, pelo menos tenho que fazer o meu horário. Se eu sou apto à greve, devo lutar pelos meus direitos junto a outros parceiros e não deixar para dois ou três decidam o meu futuro. Deveria ser assim: aquele que não participa nas greves não deveria ganhar o que foi conquistado”.

Salário poderá ficar congelado

ELIZÂNGELA ARAÚJO

Em que pese toda a propaganda a respeito dos benefícios do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no que se refere ao funcionalismo público, a política do governo Lula dá mostras de que esse segmento continuará relegado a um segundo plano. Isso ficou claro em audiência entre a Coordenação dos Servidores (CNESF), na qual o ANDES-SN estava presente, dia 30 de março, com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Mendonça.

Na avaliação dos representantes do ANDES-SN, a reunião teve um início animador, no entanto, novamente resultou numa grande frustração, pois os representantes do governo não abriram qualquer espaço para a negociação da pauta de reivindicações protocolada na Casa Civil. O pacote limita a 1,5% ao ano o crescimento real (já descontada a inflação) da folha de salários da União até 2016. Na prática, isso significa o congelamento de salários por dez anos. Luiz Henrique Schuch, secretário-geral do ANDES-SN, utiliza a seguinte metáfora para traduzir o sentimento dos sindicalistas após a reunião: “É como se o governo nos convidasse para construir uma casa já declarando que ninguém vai morar nela”.

O secretário de Recursos Humanos sequer tinha conhecimento da pauta protocolada na Casa Civil e solicitou aos sindicalistas uma cópia do documento. Mendonça informou que a discussão estará limitada à definição das bases para a institucionalização do sistema de negociação, que visa a três pontos indissociáveis: institucionalização da negociação coletiva, mecanismos de solução de conflitos, incluindo a greve, e liberação de dirigentes sindicais.

Os representantes sindicais insistiram que o processo de institucionalização da negociação deveria ocorrer concomitantemente com o processo de discussão da pauta de reivindicações, pois o único ponto novo da proposta do governo é a regulamentação do direito de greve, constitucionalmente assegurado. Mendonça rechaçou essa possibilidade argumentando as limitações de sua atuação. Ao final da reunião, o secretário se comprometeu a apresentar as bases de uma agenda para que seja negociada a institucionalização da negociação coletiva.



Luta será por salário e contra as reformas do governo

O plano do MEC

O Ministério da Educação quer que, em um prazo de dez anos, as universidades federais formem em torno de 90% dos estudantes que ingressam em seus cursos e tenham pelo menos 18 alunos para cada professor em atividade. A média de alunos por professor contabilizados hoje é de nove por um. As metas deverão ser estabelecidas em um decreto a ser publicado nas próximas semanas como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), mas que são pontos ainda em negociação.

Apesar de o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais estabelecer uma década de transição para atingir as metas, a associação que reúne os reitores das instituições federais de ensino superior, a ANDIFES, quer objetivos menos rígidos. Hoje, as federais formam cerca de 70% dos alunos que ingressam a cada ano. A relação aluno-professor é ainda mais distante da meta: na graduação, são apenas nove alunos para cada docente. É justamente nesse ponto

que está a maior distância entre a proposta do ministério e a alternativa apresentada pela Andifes. Os reitores querem que a meta de 18 alunos por professor leve em conta todos os cursos da instituição, incluindo não só a graduação presencial, como quer o MEC, mas também a pós-graduação.

Se a conta for feita desta forma, a média de alunos por professor sobe dos nove contabilizados hoje pelo ministério para 14. “Muda de modo substancial o esforço necessário e torna (o desafio) mais razoável, porque inclui a pós-graduação. Já a meta do total de concluintes, com algum esforço, acredito que é possível alcançar sem problemas”, analisa o presidente da ANDIFES, Paulo Speller. A discussão entre MEC e os dirigentes das universidades ainda está em andamento e pode levar as propostas envolvendo as instituições federais de ensino a ser uma das últimas a definir no pacote do PDE.

(Fonte: O Estado de São Paulo, 9 de abril de 2007)

“ANDIFES quer objetivos menos rígidos”